



Sua Referência:

Ao Grupo Parlamentar do PS
À Att. do Senhor Deputado Porfírio Silva

Nossa Referência: FP-187/2018

Data: 09/10/2018

Assembleia da República
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

Assunto: Pedido de reunião a realizar com carácter de urgência

Senhores/as Deputados/as

Os professores e educadores portugueses são dos mais qualificados do mundo. Apesar das dificuldades com que se confrontam nas escolas, designadamente ao nível das suas condições de trabalho, e do envelhecimento do corpo docente (o segundo mais velho da União Europeia), os professores têm continuado a dar o melhor de si nas escolas, nunca desistindo dos seus alunos e orgulhando-se de ser protagonistas de um trabalho que permitiu que, hoje, em Portugal, se tenham atingido os valores mais baixos de sempre de insucesso escolar, o que tem merecido elogiosas referências nacionais e internacionais. É, pois, justo, afirmar, como já fez o Senhor Presidente da República, que os professores portugueses são dos melhores do mundo.

Se cumprem os seus deveres com elevado zelo, sentido de responsabilidade e reconhecido profissionalismo, é da mais elementar justiça que todo o tempo de trabalho que cumpriram lhes seja contabilizado, sendo **reprovável a decisão unilateral do governo de eliminar mais de seis anos e meio da sua vida profissional** para efeitos de carreira. Tal decisão do governo de Portugal, tomada na véspera do Dia Mundial do Professor, constitui uma gravíssima afronta aos docentes e uma demonstração de arrogância, prepotência e desconsideração agravada, por parte de um governo que decidiu “agracar” os professores com a eliminação de mais de 1/6 do tempo de duração da carreira. **Os professores não merecem ser assim tratados, repudiam esta imposição e tudo farão para que o seu trabalho seja respeitado e lhes seja feita justiça.**

Não se trata, contudo, só de uma questão de justiça e respeito, a decisão imposta pelo governo é ilegal, pois desrespeita o que dispõe a Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2018), e também as normas legais estabelecidas para a negociação coletiva na Administração Pública, uma vez que as organizações sindicais nunca foram convocadas para negociar o prazo e o modo de recuperar o tempo de serviço que esteve congelado. Nas reuniões que se realizaram, o governo limitou-se a tentar convencer os sindicatos de professores a aceitarem a eliminação de mais de seis anos e meio de tempo de serviço. Estes, por razões de justiça, equidade e de ordem legal, não aceitaram.

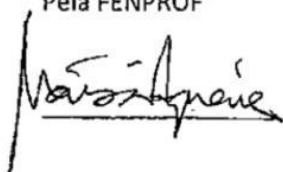
Para os professores e as suas organizações sindicais, a Assembleia da República poderá corrigir o problema criado pelo governo, razão por que, neste momento, desiludidos que estão com um governo que tanto desconsidera a sua atividade, se dirigem aos grupos parlamentares, no sentido de solicitarem uma audiência a realizar com carácter de urgência.

Para além do assunto que antes se refere, a reunião pretendida, por se realizar num momento em que a Assembleia da República se prepara para discutir e aprovar o Orçamento do Estado para 2019, permitirá que as organizações sindicais apresentem aos/às Senhores/as Deputados/as propostas que, em sua opinião, deverão ser consideradas no âmbito da aprovação do OE.

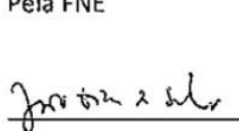
Com os melhores cumprimentos,

As organizações sindicais de professores e educadores,

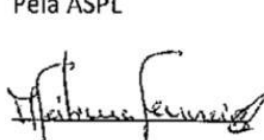
Pela FENPROF



Pela FNE



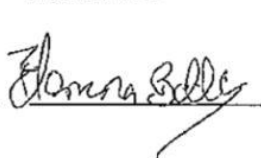
Pela ASPL



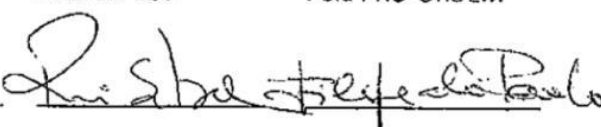
Pelo SPLIU



Pelo SIPPEB

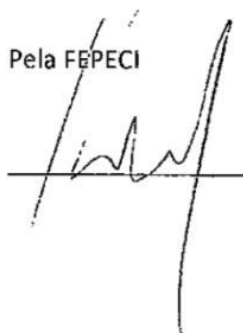


Pelo SEPLEU

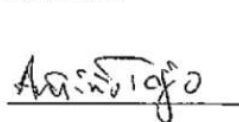


Pela PRÓ-ORDEM

Pela FEPECI



Pela FENEI



Pelo SIPE

